



ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL NO PARANÁ – PODER LEGISLATIVO / PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

Apresentação

Prezado(a) Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal,

O Ministério Público de Contas do Estado do Paraná — MPC-PR, em cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Paraná — OAB/PR, encaminha a Vossa Excelência o presente questionário para o Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Paraná — Poder Legislativo/Procuradoria Jurídica da Câmara.

A iniciativa insere-se no âmbito do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o MPC-PR e a OAB/PR, visando a colaboração institucional para fins de elaboração de um diagnóstico da advocacia pública municipal, o desenvolvimento das carreiras e o fortalecimento das Procuradorias em atuação no Estado do Paraná, para melhor atender as demandas Municipais.

As informações prestadas serão essenciais para a elaboração de um diagnóstico técnico, amplo e fidedigno da advocacia pública municipal paranaense, permitindo identificar boas práticas, desafios estruturais e caminhos para o aperfeiçoamento da governança jurídica local.

Por oportuno informamos que o questionário deverá ser respondido no período de 08 de junho a 22 de junho de 2026. Não sendo respondido o questionário no prazo indicado, a título colaborativo, poderá ser respondido por servidores integrantes da procuradoria ou do controle interno, no período de 23 de junho a 30 de junho de 2026.

Por fim, salientamos que o questionário respondido será utilizado tão somente para fins da elaboração do relatório denominado Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Paraná, e não acarretará qualquer tipo de responsabilização sancionatória; entretanto, alerta-se aos

Legislativos Municipais que optarem por não responder que os respectivos entes serão prioritariamente incluídos na apuração de inconformidades detectadas a partir da análise das informações constantes das bases de dados do Tribunal de Contas.

O MPC-PR e a OAB/PR agradecem, desde já, a atenção e a colaboração institucional, certos de que a participação do Poder Legislativo do seu Município será decisiva para o fortalecimento e a valorização da advocacia pública municipal e a promoção de uma Administração Pública mais íntegra, eficiente, transparente e juridicamente segura.

Instruções gerais

- *Este questionário deve ser respondido pela instituição destinatária (Poder Legislativo/Procuradoria Jurídica da Câmara), e não por advogado público/procurador individualmente considerado, no período de 08 de junho a 22 de junho de 2026. Atenção: Não sendo respondido o questionário no prazo indicado, a título colaborativo, poderá ser respondido por servidores integrantes da procuradoria ou do controle interno, no período de 23 de junho a 30 de junho de 2026.*
- *As perguntas estão organizadas em eixos temáticos e indicam o tipo de resposta: única, múltipla, numérica ou aberta.*
- *Quando houver exigência de comprovação, informar link público do ato normativo.*
- *Quando uma pergunta não for compatível com a estrutura do órgão/entidade respondente, utilizar a alternativa “Não se aplica”.*
- *Eventual omissão no envio do questionário respondido não acarretará qualquer tipo de responsabilização sancionatória, mas as Câmaras Municipais inertes serão prioritariamente incluídas na apuração de inconformidades detectadas a partir da análise das informações constantes das bases de dados do Tribunal de Contas.*
- *Em caso de dúvida quanto ao preenchimento do presente questionário, favor entrar em contato pelo e-mail: projetompc.procuradorias@gmail.com*

EIXO 1 – IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Entidade e CNPJ - CÂMARA MUNICIPAL DE/DA:

[Caixa de seleção para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Procurador-Geral/Dirigente máximo do órgão jurídico:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Responsável pelo preenchimento:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do(a) responsável pelo preenchimento:

- *Procurador-Geral*
- *Representante Legal*
- *Procurador*
- *Controle Interno*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

Número da demanda recebida via Canal de Comunicação (CACO):

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA

1. Há Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) criada na estrutura administrativa da Câmara Municipal?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

2. Não havendo Procuradoria criada, os advogados públicos estão lotados/vinculados a qual órgão da estrutura administrativa?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Estrutura Administrativa do Poder Legislativo*
- *Gabinete da Presidência da Câmara*
- *Mesa Diretora do Poder Legislativo*
- *Gabinete de Vereador*
- *Outro órgão não relacionado nas alternativas anteriores*
- *Não se aplica (há Procuradoria estruturada)*

3. O Legislativo possui lei específica para regular a atuação da Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública)?

- *Sim*
- *Não*

3.1 Em caso afirmativo na questão 3, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

4. A Procuradoria do Poder Legislativo (ou unidade equivalente de advocacia pública)

está expressamente prevista em Lei Municipal específica ou em diploma normativo estrutural equivalente do Legislativo?

- Sim
- Não
- Não se aplica

4.1 Em caso afirmativo na questão 4, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

5. A Lei Orgânica Municipal exige lei complementar ou outra norma específica para criação, organização ou alteração da Procuradoria do Poder Legislativo (ou unidade equivalente de advocacia pública)?

- Sim
- Não
- Não se aplica

5.1 Em caso afirmativo na questão 5, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

6. Existe Conselho Superior, Colégio de Procuradores, comitê gestor, comissão técnica ou outra instância colegiada de deliberação técnica, administrativa ou estratégica da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

[Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis]

- Sim, Conselho Superior ou Colégio de Procuradores
- Sim, comitê gestor permanente
- Sim, comissões técnicas permanentes ou temporárias
- Sim, outra instância colegiada
- Não

6.1 Em caso afirmativo na questão 7, considerando outra instância colegiada, qual?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

7. Há especialização da advocacia pública/procuradoria por áreas de atuação (por exemplo: administrativa, previdenciária, controle externo, processo legislativo, entre outras)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, há divisão formal de atribuições por áreas previstas em norma
- Sim, há divisão informal/administrativa por áreas, sem norma específica
- Não, todos os procuradores atuam de forma genérica em todas as áreas
- Não se aplica

8. A organização da atuação finalística da Procuradoria (ou unidade equivalente) observa

qual modelo predominante de divisão interna?

- *Divisão por tipo de atividade jurídica (consultivo, contencioso, assessoramento legislativo, etc.)*
- *Divisão por especialidade temática ou matéria (pessoal, licitações, processo legislativo, etc.)*
- *Divisão combinada por tipo de atividade jurídica e especialidade temática no mesmo nível organizacional*
- *Divisão por tipo de atividade jurídica, com subdivisões internas por matéria*
- *Não há divisão interna formal ou administrativa*

9. Há unidade, núcleo ou fluxo específico para triagem, distribuição e controle inicial das demandas jurídicas recebidas pela Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, unidade formal de triagem/distribuição*
- *Sim, fluxo automatizado em sistema eletrônico*
- *Sim, procedimento informal/manual*
- *Não*

10. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui corregedoria, órgão disciplinar ou instância interna de controle funcional dos advogados públicos/procuradores?

- *Sim, corregedoria própria formalmente instituída*
- *Sim, órgão disciplinar vinculado a outro órgão do ente*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 3 – QUADRO DE PESSOAL E PROVIMENTO DE CARGOS

11. Qual o número de procuradores/advogados públicos efetivos em atividade no Legislativo?

- *Até dois*
- *De três a cinco*
- *De seis a dez*
- *De onze a vinte*
- *De vinte e um a quarenta e nove*
- *Mais de cinquenta*

11.1 Indicar o número exato de procuradores/advogados efetivos em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

12. A Câmara possui cargos efetivos vagos na carreira jurídica?

- *Sim*

- Não

12.1 Em caso afirmativo na questão 12, indicar a quantidade de cargos VAGOS:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

13. Qual o número TOTAL de cargos efetivos criados na carreira jurídica do Poder Legislativo, distinguindo cargos providos e vagos?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

13.1 Número de cargos efetivos PROVIDOS:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

14. Existe estudo técnico, diagnóstico interno, dimensionamento de força de trabalho ou outro instrumento que indique o número necessário de procuradores/advogados públicos para atendimento adequado das demandas do Legislativo?

- Sim
- Não

15. Há critérios objetivos para distribuição dos cargos, lotação dos procuradores/advogados públicos ou alocação de demandas entre áreas de atuação?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, por número de processos
- Sim, por volume/complexidade das demandas
- Sim, por área temática ou especialidade
- Sim, por gabinetes e/ou unidades descentralizadas
- Sim, por outro critério
- Não há critérios objetivos formalizados

15.1 Em caso afirmativo na questão 15, considerando a adoção de outro critério para distribuição de cargos, qual(is)?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

16. Quando foi realizado o último concurso público para provimento de cargos efetivos da área jurídica do Legislativo?

- Nunca houve concurso público específico para a área jurídica
- Há menos de 2 anos
- De 2 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Há mais de 10 anos

17. No último concurso público para a carreira jurídica, houve participação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB em todas as fases ou em alguma fase do certame?

- Sim, em todas as fases
- Sim, em algumas fases

- Não
- Não se aplica

18. O edital do último concurso público exigiu tempo mínimo de atividade jurídica ou advocacia para inscrição ou posse no cargo?

- Sim
- Não
- Não se aplica

18.1 Em caso afirmativo na questão 18, considerando a exigência de tempo mínimo de atividade jurídica, qual o tempo exigido?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

19. A carreira jurídica possui plano de cargos, carreira e salários ou estrutura normativa equivalente de desenvolvimento funcional?

- Sim
- Não

19.1 Em caso afirmativo na questão 19, considerando a existência de plano de cargos ou estrutura normativa, qual o ato normativo correspondente e o link de acesso?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

20. Há cargos de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Procuradoria (ou unidade equivalente), e qual a forma de provimento desses cargos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, providos exclusivamente por membros efetivos da carreira
- Sim, providos preferencialmente por membros efetivos da carreira
- Sim, providos por livre nomeação
- Sim, providos por designação ou indicação interna
- Não há cargos de direção/chefia específicos na unidade jurídica

21. Existe previsão na legislação local para a indicação do(a) Procurador(a)-Geral (ou chefe da unidade equivalente) dentre os ocupantes de cargo efetivo?

- Sim
- Não

21.1 Em caso afirmativo na questão 21, considerando a previsão na legislação local para indicação dentre ocupantes de cargo efetivo, qual o ato normativo correspondente e o link de acesso?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

22. Qual o número de assessores jurídicos, e/ou procuradores, e/ou advogados comissionados que atuam no Legislativo?

- Nenhum

- Apenas um
- Dois
- De três a cinco
- De seis a dez
- Acima de onze

22.1 Indicar o número exato de assessores jurídicos comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

22.2 Indicar o número exato de procuradores comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

22.3 Indicar o número exato de advogados comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

23. Havendo advogados comissionados no Legislativo, qual(is) cargo(s) ocupam?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Procurador-Geral (ou chefe da unidade jurídica)
- Procurador Adjunto
- Diretor do órgão
- Assessor Jurídico
- Procurador/Advogado lotado em unidade jurídica, sem função de chefia
- Não se aplica
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

24. Há, no Legislativo, assessores jurídicos, ou advogados públicos, ou procuradores contratados sob o regime celetista (CLT) atuando nas atividades jurídicas?

- Sim
- Não

25. Além do quadro próprio de advogados públicos/procuradores, o Legislativo mantém contratos ativos celebrados por inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei nº 14.133/2021, ou base anterior) com advogados ou escritórios de advocacia particulares?

- Sim
- Não

26. O Legislativo mantém contratos ativos com advogados ou escritórios de advocacia particulares celebrados mediante licitação, para apoio ou execução de atividades jurídicas?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis

- Sim, para consultorias
- Sim, para demandas administrativas e judiciais diversas
- Sim, para assessoramento jurídico
- Não

27. Há rotatividade expressiva (evasão) de assessores jurídicos, procuradores ou advogados públicos efetivos no Legislativo (por exoneração voluntária, aposentadoria precoce, redistribuição ou aprovação em outro concurso público)?

- *Sim, há rotatividade expressiva*
- *Sim, há rotatividade moderada*
- *Não, a rotatividade é baixa*
- *Não se aplica*

28. Quais os principais fatores que, na percepção da instituição, contribuem para a evasão de assessores, procuradores ou advogados públicos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Remuneração insuficiente ou abaixo do mercado*
- *Ausência de plano de carreira ou progressão funcional*
- *Sobrecarga de trabalho*
- *Falta de infraestrutura ou condições de trabalho*
- *Aprovação em outros concursos públicos*
- *Desvalorização institucional da carreira*
- *Não se aplica*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

EIXO 4 – REGIME JURÍDICO E CESSÃO DE PESSOAL

29. Qual o regime jurídico adotado para o provimento de cargos da área jurídica no Legislativo?

- *Estatutário*
- *Celetista*
- *Ambos*

29.1 Indicar o ato normativo correspondente ao regime jurídico adotado e o respectivo link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

30. Há advogados públicos/procuradores do Legislativo atualmente cedidos a outros órgãos ou entidades (no Município, no Estado, na União ou em outros entes federativos)?

- *Sim*
- *Não*

31. O Legislativo recebe advogados/procuradores cedidos por outros órgãos ou entidades para atuação em suas atividades jurídicas?

- *Sim*

- Não

EIXO 5 – REMUNERAÇÃO, VANTAGENS E REGIME REMUNERATÓRIO

32. O Legislativo adota o regime de subsídio para a remuneração das carreiras jurídicas?

- Sim
- Não

32.1 Em caso afirmativo na questão 32, indicar o ato normativo correspondente e o respectivo link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

33. Caso o regime remuneratório adotado seja o de vencimentos (e não o de subsídio), os ocupantes dos cargos das carreiras jurídicas recebem ou podem receber vantagens pecuniárias, como adicionais ou gratificações? Se sim, quais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Adicional por tempo de serviço
- Adicional de função
- Adicional de titulação
- Gratificação de serviço
- Gratificação pessoal
- Honorários
- Não se aplica (adota-se o regime de subsídio)
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

33.1 Em caso afirmativo na questão 33, considerando o recebimento de vantagens pecuniárias, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

34. O Legislativo respeita o piso ético fixado pela OAB/PR (R\$ 4.881,70) para uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais na fixação do subsídio (ou na remuneração constante da tabela de vencimentos, como salário-base) das carreiras jurídicas?

- Sim
- Não

35. Indique a alternativa em que se enquadra a remuneração bruta atualmente prevista para o cargo inicial da carreira jurídica do Legislativo:

Informação institucional, não individual.

- Até três salários-mínimos (R\$ 4.863,00)
- De três a cinco salários-mínimos (de R\$ 4.863,00 a R\$ 8.105,00)

- De cinco a dez salários-mínimos (de R\$ 8.105,00 a R\$ 16.210,00)
- De dez a vinte salários-mínimos (de R\$ 16.210,00 a R\$ 32.420,00)
- Acima de vinte salários-mínimos (acima de R\$ 32.420,00)

35.1 Considerando a questão 42, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

36. Há previsão de adicional ou gratificação por produtividade, dedicação exclusiva, substituição, assunção de cargo/função ou representação perante tribunais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Adicional/gratificação por produtividade
- Adicional/gratificação por dedicação exclusiva
- Adicional/gratificação por substituição, assunção de cargo ou função
- Não há previsão

36.1 Em caso afirmativo na questão 36, considerando a previsão de adicionais ou gratificações, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

37. Há adicional salarial por pós-graduação, titulação acadêmica ou formação complementar dos integrantes da carreira jurídica?

- Sim
- Não

37.1 Em caso afirmativo na questão 37, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

38. Qual o teto remuneratório aplicado no ente federativo em relação à remuneração dos advogados ou procuradores que atuam no Poder Legislativo?

- O subsídio do Prefeito
- O subsídio do Desembargador do TJ/PR (na forma do art. 37, § 12, da CF)
- O subsídio do Ministro do STF
- O subsídio do Vereador

39. O sistema remuneratório adotado no âmbito do Poder Legislativo é similar ao adotado no Poder Executivo do ente federativo?

- Sim
- Não, há divergências de cargas horárias e a remuneração no Executivo é inferior
- Não, há divergências de cargas horárias e a remuneração no Executivo é superior
- Não, a carga horária é equivalente, mas a remuneração no Executivo é inferior
- Não, a carga horária é equivalente, mas a remuneração no Executivo é superior

40. O Município observa adequadamente o preceito do art. 37, inciso XII, da Constituição Federal (os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não superam os vencimentos do Poder Executivo)?

- Sim
- Não

41. A legislação da carreira permite o exercício da advocacia em caráter privado pelos assessores jurídicos, advogados públicos ou procuradores do Poder Legislativo?

- Sim, expressamente
- Não, há vedação expressa contida na lei
- Sim, adota-se as regras do Estatuto da OAB

41.1 Considerando a questão 41, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

42. Quais outros benefícios são pagos aos dos assessores jurídicos, advogados ou procuradores que atuam no Poder Legislativo?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Auxílio-saúde
- Auxílio-alimentação
- Diárias
- Inscrição em congressos, cursos e seminários, ou evento equivalente
- Ressarcimento de combustível
- Ressarcimento de material de expediente
- Aquisição de equipamentos destinados aos advogados e procuradores
- Passagens aéreas ou outras despesas de transporte
- Não se aplica

42.1 Considerando a questão 42, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 6 – ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA E GESTÃO DE RECURSOS

43. A Procuradoria (ou unidade equivalente) elabora proposta orçamentária própria ou participa formalmente da elaboração da proposta orçamentária anual relativa às suas despesas?

- Sim, elabora proposta própria
- Sim, participa formalmente da elaboração da proposta orçamentária apresentada pelo

Legislativo

- Não, a proposta é elaborada exclusivamente pelo Poder Legislativo, sem interferência da Procuradoria
- Não se aplica

44. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui autonomia administrativa para execução das despesas consignadas em seu orçamento?

- Sim, plena autonomia administrativa para execução orçamentária
- Sim, autonomia parcial
- Não, a execução depende de autorização da mesa diretiva, ou do presidente da Câmara
- Não se aplica

EIXO 7 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA

45. Há controle de jornada de trabalho para os ocupantes dos cargos da carreira jurídica?

- Sim
- Não

46. Em caso de controle de jornada, como é realizado?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Ponto eletrônico*
- *Folha-ponto*
- *Relatório de atividades/produktividade*
- *Verificação de cumprimento de prazos*
- *Verificação de acesso aos sistemas do ente federativo*
- *Não se aplica*

47. O Legislativo proporciona espaço adequado e reservado para os servidores das carreiras jurídicas atuarem?

- *Sim*
- *Não*

48. Qual a situação do imóvel ou espaço físico utilizado pela Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Espaço próprio no imóvel sede da Câmara*
- *Espaço compartilhado com outros órgãos no imóvel sede da Câmara*
- *Espaço em imóvel alugado*
- *Espaço em imóvel cedido*
- *Espaço compartilhado em imóvel de outro órgão*
- *Não há espaço físico específico*

49. O Legislativo fornece equipamentos adequados para o exercício da profissão (computador, sistemas, conexão, mobiliário, etc.)?

- Sim
- Não

50. Os equipamentos e mobiliários disponibilizados aos procuradores/advogados públicos e servidores de apoio são ergonomicamente adequados e compatíveis com as necessidades do trabalho?

- Sim, integralmente
- Sim, parcialmente
- Não

51. A Procuradoria (ou unidade equivalente) dispõe de salas de reunião com recursos audiovisuais, espaço para atendimento ao público e condições de acessibilidade?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Salas de reunião adequadas
- Recursos audiovisuais
- Espaço para atendimento ao público
- Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
- Segurança contra acidentes
- Não dispõe desses itens

52. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui quadro próprio ou equipe permanente de apoio administrativo, técnico, tecnológico ou multidisciplinar?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Servidores administrativos efetivos lotados permanentemente
- Servidores requisitados/cedidos
- Empregados terceirizados, exceto limpeza e vigilância
- Equipe técnica de tecnologia da informação
- Equipe multidisciplinar (contábil, econômica, engenharia, assistência social, psicologia, etc.)
- Estagiários de Direito remunerados
- Estagiários de Direito voluntários
- Estagiários de pós-graduação ou residentes de áreas administrativas/técnicas
- Não possui equipe de apoio

53. O Legislativo adota políticas ou ações de qualidade de vida no trabalho, saúde ocupacional ou prevenção de adoecimento relacionadas aos integrantes da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- Sim, por programa formal
- Sim, por ações eventuais
- Não

54. Há regulamentação de modalidades de trabalho remoto, teletrabalho ou regime híbrido para os integrantes da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, regulamentação prevendo apenas o trabalho presencial*
- *Sim, regulamentação prevendo modelo híbrido (presencial e home office)*
- *Sim, regulamentação prevendo teletrabalho integral (totalmente remoto)*
- *Não há regulamentação específica sobre modalidades de trabalho*

55. Existe avaliação de desempenho individual dos assessores jurídicos, advogados públicos ou procuradores e demais colaboradores da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, avaliação periódica formal com critérios definidos*
- *Sim, avaliação eventual ou informal*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 8 – TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

56. O Legislativo utiliza sistemas eletrônicos de gestão ou de apoio ao Processo Legislativo (controle de processos, prazos, fluxos dos procedimentos legislativos, emissão de pareceres, entre outros)?

- *Sim, sistema próprio desenvolvido pelo Legislativo*
- *Sim, sistema contratado de terceiros (software comercial)*
- *Sim, sistema disponibilizado por outro órgão (ex.: SAPL)*
- *Não, o controle é feito de forma manual ou por planilhas*
- *Não se aplica*

57. O Legislativo utiliza sistemas de inteligência artificial (IA) ou jurimetria no apoio à atuação dos profissionais do setor jurídico?

- *Sim, sistema próprio desenvolvido pelo Legislativo*
- *Sim, sistema contratado de terceiros (software comercial)*
- *Sim, sistema disponibilizado por outro órgão (ex.: SAPL)*
- *Não, apenas o fluxo processual é feito por sistemas*
- *Não se aplica*

58. Existe política formal de renovação periódica de equipamentos eletrônicos utilizados pela Procuradoria (computadores, notebooks, scanners, projetores, telefones, certificados digitais, etc.)?

- *Sim, com ciclo definido de renovação*
- *Sim, sem ciclo definido*
- *Não*

59. Os fluxos de trabalho da Procuradoria (ou unidade equivalente) estão mapeados, digitalizados ou automatizados?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Há mapeamento formal de fluxos de trabalho*
- *Há digitalização de processos internos*
- *Há automação de distribuição/triagem de demandas*
- *Há automação de minutas, documentos ou rotinas repetitivas*
- *Não há mapeamento, digitalização ou automação relevante*

60. Os sistemas eletrônicos utilizados pela Procuradoria são integrados a sistemas internos do Legislativo ou de outros órgãos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, integração interna com sistemas do Legislativo*
- *Sim, integração externa com sistemas do Poder Judiciário*
- *Sim, integração externa com sistemas de órgãos de controle*
- *Sim, integração externa com sistemas fazendários/tributários*
- *Não há integração*
- *Não se aplica*

61. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui banco de dados estruturado, repositório institucional ou solução em nuvem para armazenamento, consulta e preservação de informações jurídicas?

- *Sim, banco de dados próprio*
- *Sim, repositório institucional compartilhado*
- *Sim, solução em nuvem*
- *Não*

62. Há política, norma ou procedimento de segurança da informação, proteção de dados pessoais e controle de acesso aplicável às atividades da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, política/norma específica da Procuradoria*
- *Sim, política/norma geral do Legislativo*
- *Não*

62.1 Em caso afirmativo na questão 62, considerando a existência de política/norma, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

63. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui dados consolidados sobre o número de processos administrativos e demandas consultivas em que atua?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis

- *Sim, mas apenas dos processos administrativos*
- *Sim, mas apenas da atuação consultiva*
- *Sim, tanto dos processos administrativos como da atuação consultiva*

- Não possui dados consolidados

EIXO 9 – ATUAÇÃO INSTITUCIONAL, TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

64. Os pareceres jurídicos emitidos pela Procuradoria (ou unidade equivalente) são públicos e disponibilizados em portal de transparência ou banco de pareceres acessível?

- Sim, todos os pareceres são públicos
- Sim, apenas os pareceres normativos são públicos
- Não, os pareceres não são públicos
- Não se aplica

64.1 Em caso afirmativo na questão 64, considerando que os pareceres são públicos, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

65. A Procuradoria (ou unidade equivalente) elabora relatórios periódicos de atuação (por exemplo, relatórios anuais, semestrais ou outros) com indicadores quantitativos e qualitativos?

- Sim, relatórios públicos e disponibilizados externamente
- Sim, relatórios internos (não disponibilizados ao público em geral)
- Não
- Não se aplica

65.1 Em caso afirmativo na questão 65, considerando que os relatórios são públicos, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

66. A Procuradoria (ou unidade equivalente) participa de audiências públicas realizadas pelo Poder Legislativo?

- Sim
- Não

67. A Procuradoria (ou unidade equivalente) acompanha a atuação da ouvidoria própria do Legislativo, quando do recebimento de dúvidas, reclamações, sugestões ou denúncias relacionadas à sua atuação?

- Sim, a procuradoria atua em estreita colaboração com a ouvidoria do Legislativo
- Apenas quando expressamente demandada pela ouvidoria do Legislativo
- Não, a atuação da ouvidoria do Legislativo se dá de forma autônoma e independente
- Não se aplica

68. A Procuradoria (ou unidade equivalente) utiliza evidências, dados estatísticos, relatórios gerenciais ou jurimetria para subsidiar decisões estratégicas ou para orientação jurídica à parlamentares ou às comissões do Poder Legislativo?

- *Sim, regularmente*
- *Sim, eventualmente*
- *Não*

69. Há mecanismos formais de gestão do conhecimento, tais como banco de teses, modelos padronizados de projetos de lei, repositório de pareceres, manuais, enunciados, orientações normativas ou publicações institucionais para subsidiar seu trabalho de orientação jurídica à parlamentares ou às comissões do Poder Legislativo?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Banco de teses institucionais*
- *Modelos padronizados de projetos de lei*
- *Modelos padronizados de pareceres e minutas*
- *Repositório de pareceres*
- *Manuais ou guias internos*
- *Enunciados ou orientações normativas*
- *Publicação institucional periódica*
- *Não possui mecanismos formais*

70. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui política de gestão de riscos jurídicos, processuais, operacionais ou reputacionais?

- *Sim, política formal implementada e em operação*
- *Sim, em fase de definição ou implementação*
- *Não*
- *Não se aplica*

71. O Legislativo possui programa de integridade (compliance), comitê de governança ou instância equivalente, e qual a participação da Procuradoria (ou unidade equivalente) nessas estruturas?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, e a Procuradoria participa ativamente*
- *Sim, mas a Procuradoria não participa formalmente*
- *Não possui programa de integridade ou comitê de governança*
- *Não se aplica*

72. A Procuradoria (ou unidade equivalente) desenvolve iniciativas de inovação institucional em áreas além da tecnologia?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, inovação em gestão estratégica*
- *Sim, inovação em governança e compliance*
- *Sim, inovação em gestão de pessoas*

- *Sim, inovação em sustentabilidade*
- *Sim, inovação em diversidade, equidade e inclusão*
- *Não*
- *Não se aplica*

73. A Procuradoria (ou unidade equivalente) é consultada, de forma prévia, na elaboração do Projeto de Lei Orçamentaria Anual?

- *Sim, sempre*
- *Sim, eventualmente, para fins diversos*
- *Sim, para indicação de suas demandas específicas*
- *Sim, para verificação dos valores de precatórios indicados no projeto de LOA*
- *Não*
- *Não se aplica*

74. A Procuradoria (ou unidade equivalente) é convidada a participar das audiências públicas realizadas durante o processo de discussão e elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual?

- *Sim, sempre.*
- *Sim, eventualmente.*
- *Não, apenas as Secretarias Municipais envolvidas participam de respectivas audiências públicas.*
- *Não, nunca foi convidada a participar.*
- *Não se aplica*

EIXO 10 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

75. O Legislativo estimula o aperfeiçoamento da formação profissional dos integrantes da carreira jurídica, por meio de participação em cursos, seminários ou eventos de capacitação em geral?

- *Sim, com regularidade*
- *Sim, eventualmente*
- *Raramente*
- *Não, nunca autorizou a participação*

76. O Legislativo custeia total ou parcialmente cursos de especialização, mestrado, doutorado, formação complementar ou desenvolvimento de competências gerenciais/digitais para integrantes da Procuradoria?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, especialização/pós-graduação lato sensu*
- *Sim, mestrado*

- *Sim, doutorado*
- *Sim, cursos de curta duração ou formação complementar*
- *Sim, capacitação em competências gerenciais*
- *Sim, capacitação em competências digitais, tecnologia, IA ou jurimetria*
- *Não custeia*

77. Há programa de residência jurídica, estágio de pós-graduação, estágio de graduação ou formação prática supervisionada vinculado à Procuradoria (ou unidade equivalente)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Residência jurídica*
- *Estágio de pós-graduação*
- *Estágio de graduação em Direito*
- *Estágio de outras áreas de apoio técnico/administrativo*
- *Não possui*

78. A Procuradoria (ou unidade equivalente) realiza, incentiva ou divulga produção técnico-científica, publicações institucionais, boletins jurídicos, notas técnicas, eventos ou pesquisas voltadas ao Direito Público e à gestão municipal?

- *Sim, regularmente*
- *Sim, eventualmente*
- *Não*

EIXO 11 – PRERROGATIVAS, GARANTIAS FUNCIONAIS E REPRESENTAÇÃO ASSOCIATIVA

79. A legislação local prevê prerrogativas funcionais para os assessores jurídicos, advogados públicos ou procuradores do Legislativo?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, independência técnico-funcional no exercício das atribuições*
- *Sim, inamovibilidade ou garantia de lotação*
- *Sim, irredutibilidade de subsídio ou vencimentos*
- *Sim, requisição de informações e documentos a órgãos públicos*
- *Sim, porte de identidade funcional com fé pública*
- *Não há prerrogativas previstas em legislação local*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

80. Os assessores jurídicos, advogados públicos, ou procuradores do Legislativo gozam de independência técnico-funcional na emissão de pareceres, manifestações e orientações jurídicas, sem subordinação hierárquica quanto ao conteúdo técnico?

- *Sim, há previsão normativa expressa de independência técnica*
- *Sim, independência é observada na prática, ainda que sem previsão normativa*

- Não
- Não se aplica

81. Há Associação, Sindicato ou entidade representativa dos Procuradores constituída no âmbito do Município ou da região?

- Sim, associação municipal de procuradores
- Sim, sindicato ou entidade de classe
- Sim, filiação a associação estadual ou nacional (ex.: ANPM)
- Não

EIXO 12 – DIVERSIDADE, EQUIDADE, INCLUSÃO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

82. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui políticas, diretrizes ou ações institucionais relacionadas a diversidade, equidade e inclusão?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, política formal implementada e em operação
- Sim, em fase de discussão ou definição
- Não
- Não se aplica

83. A composição do quadro de assessores jurídicos, advogados públicos ou procuradores e equipes de apoio da Procuradoria (ou unidade equivalente) reflete representatividade de gênero, raça/etnia e pessoas com deficiência?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, há equilíbrio de gênero
- Sim, há representatividade racial/étnica
- Sim, há servidores com deficiência
- Não há dados ou monitoramento sobre representatividade
- Não se aplica

84. A Procuradoria (ou unidade equivalente) adota medidas para garantir acessibilidade física e digital às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tanto para servidores quanto para o público externo?

- Sim, acessibilidade física e digital
- Sim, apenas acessibilidade física
- Sim, apenas acessibilidade digital
- Não
- Não se aplica

DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DAS RESPOSTAS

- *Declaro que as informações prestadas refletem os dados disponíveis no órgão/entidade respondente na data do preenchimento, ressalvadas as observações registradas.*

Nome do responsável pela validação:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do responsável pela validação:

- *Procurador-Geral/Dirigente máximo do órgão jurídico*
- *Representante Legal*
- *Procurador*
- *Controle Interno*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*